

Pacote com Clube de Paris não está fechado

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O "pacote" negociado pelo governo brasileiro em novembro de 1983 no âmbito do Clube de Paris — com vistas ao reescalonamento dos débitos contraídos com aval de governos e que venciam entre agosto de 1983 e dezembro de 1984 — ainda não foi totalmente fechado. Entre as diversas linhas de empréstimos que foram embutidas no esquema de consolidação da dívida brasileira junto a dezesseis países, no montante total de US\$ 3 bilhões, resta acertar os detalhes para a assinatura do acordo bilateral com o governo da Itália.

O valor não chega a ser expressivo — US\$ 200 milhões, referentes a financiamentos de importações avalizados pela seguradora oficial do governo italiano —, mas nem por isso deixa de ser importante. Conforme salientou para este jornal o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, o acerto em torno daquele montante de crédito torna-se necessário para que o Brasil possa fechar definitivamente as negociações que abrangem a fase II do Clube de Paris e abrir espaço para a retomada dos entendimentos em torno da fase III.

O problema legal que impede o governo da Itália de conceder empréstimos diretos a outros países foi su-

perado. Toda a transação de financiamento dos débitos pendentes será feita através do Morgan Grenfell, uma instituição bancária inglesa. Mas as dificuldades persistem em torno de uma questão de ordem mais técnica: os credores querem impor uma "flat fee" — taxa fixa — de 6% sobre o valor em discussão, mas o governo brasileiro considera o percentual demasiado alto. "O financiamento estaria sendo feito por um custo mais elevado do que aquele que foi negociado pelo Brasil com os bancos no projeto C — créditos de comercialização — para a vigência da fase II do plano de financiamento externo", informou Carlos Eduardo de Freitas.

DIPLOMACIA

Os entendimentos estão sendo desenvolvidos agora na esfera diplomática, a nível de chancelarias. Diante, no entanto, da demora do governo brasileiro em definir com o Fundo Monetário Internacional (FMI) os termos do acordo "stand by", não há tanta pressa no momento em alinhar o acordo bilateral com o governo da Itália. Como se recorda, o "pacote" negociado no Clube de Paris em 1983 previa um reescalonamento do principal e dos juros contratados com aval de governos até 31 de março de 1983 — de prazo original superior a um ano — pelo período de nove anos, com cinco anos de carência.